

**"A singela e pitoresca história de nosso estremecido torrão":  
em torno da produção de caráter histórico no âmbito do IHGSC**

Janice Gonçalves

(Prof<sup>a</sup>. do Depto. de História - Centro de Ciências da Educação  
da Universidade do Estado de Santa Catarina / UDESC)

Desde ao menos meados dos anos 1990, observa-se, em Santa Catarina, o esforço de apresentar como superado um determinado modelo de produção historiográfica, *grosso modo* entendido como "tradicional": uma produção que estaria marcada pela perspectiva linear, factual (com ênfase na narrativa dos acontecimentos), acrítica, excludente (elitista), "positivista" (presa de uma ambição de objetividade e verdade) e geralmente restrita à documentação administrativa pública de caráter arquivístico (dita "oficial"). Simultaneamente, afirma-se a existência, a partir de fins da década de 1980, de uma nova geração de historiadores catarinenses.<sup>1</sup>

Tende-se ainda a opor dois locais de produção de conhecimento histórico: o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a "Universidade" (sobretudo a Universidade Federal de Santa Catarina). Essa oposição, contudo, não nasce com o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC - único no Estado, até o presente momento -, uma vez que, criado em 1975, sob a coordenação de um dos principais expoentes do IHGSC de então, Walter Fernando Piazza, também teve em sua fase inicial a participação de outros membros da entidade no seu corpo docente.<sup>2</sup>

A produção que vem sendo mais recentemente identificada à Universidade, e entendida como distinta da "tradicional", é aquela cujos marcos iniciais situam-se entre 1989 e 1992, relacionados especialmente a duas dissertações e duas teses não por acaso desenvolvidas junto a outros programas de pós-graduação: as dissertações de mestrado de Hermetes Reis Araújo e de Henrique Pereira Oliveira e as teses de doutorado de Maria Bernardete Ramos e de Joana Pedro, as três primeiras elaborados junto ao Programa de

Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a última, junto à Universidade de São Paulo.<sup>3</sup>

Apesar disso, o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC manteve-se não só como o maior gerador de dissertações e teses sobre Santa Catarina como passou a apresentar íntima conexão com os trabalhos da chamada “nova geração”.<sup>4</sup> Também o Departamento de História da UFSC assumiu importância crescente, seja como formador de profissionais (em função da Graduação e da Pós-Graduação em História, nas quais Joana Pedro e Maria Bernardete Ramos vêm tendo uma atuação particularmente marcante<sup>5</sup>), seja como principal elo de ligação, no Estado, desses profissionais com a Associação Nacional de História (o núcleo regional da ANPUH, reativado em 1985, está desde então sediado na UFSC).<sup>6</sup>

Deve-se salientar que o Programa de Pós-Graduação foi gradualmente distanciando-se das linhas de pesquisa iniciais - voltadas para a história demográfica, a história econômica e a história política (ou político-administrativa) -, primeiramente introduzindo questões relacionadas às formas de poder e às mentalidades, até que em 1997 alterasse sua área de concentração para “História Cultural”, abarcando explicitamente discussões quanto a relações de poder, identidades e linguagens.<sup>7</sup>

A mera afirmação da superação do paradigma “tradicional” da historiografia catarinense certamente não foi suficiente para fazer cessar a produção dos historiadores a ele costumeiramente associados. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado oficialmente em 1896, não só continua a existir, como a publicar com regularidade sua revista (anual), seus informativos (bimestrais), suas edições especiais, bem como promovendo eventos de caráter acadêmico. Como explicar essa permanência, frente aos novos quadros impostos pela “nova geração”? Ou deveríamos considerar que, sob a aparente imutabilidade, existiriam rupturas marcantes? A produção de caráter histórico do Instituto continuaria a ser a “tradicional”?

Antes de tudo há que questionar a própria caracterização de “tradicional”: partindo de uma proposta feita por Cristina Scheibe Wolff, com base em considerações de Peter Burke<sup>8</sup>,

tal caracterização acabou por tratar como bloco homogêneo uma produção extensa e variada que, remetida ao IHGSC, abarca mais de um século. Consultando-se os exemplares da Revista do IHGSC, percebe-se que, para os próprios sócios, nem a entidade foi sempre a mesma, nem a produção de seus membros - embora, a cada nova fase de dinamização, a cada nova fase do periódico, houvesse a garantia de continuidade dos ideais do Instituto.

O cuidado em narrar sempre partindo do mais antigo para o mais recente, bem como o relevo dado aos eventos, embora constantes na história escrita pelos membros do IHGSC<sup>9</sup>, não excluíram "problemas" da narrativa. Os problemas detectáveis são, no entanto, aqueles peculiares a essa historiografia, cujos pesquisadores estão freqüentemente às voltas com os "inícios" (da administração da capitania, das suas primeiras povoações, da sua colonização e, conseqüentemente, às voltas com os pioneiros, os "fundadores", os primeiros povoadores, os primeiros administradores e governantes). O sentido "crítico" existe, em historiadores como Henrique Fontes, Lucas Boiteux, Carlos da Costa Pereira, Oswaldo Cabral, Walter Piazza, mas prende-se à crítica das fontes documentais.<sup>10</sup> A valorização da imigração açoriana, a partir de fins da década de 1930, não pode ser meramente assimilada a uma história dos "grandes homens", nem a uma história-batalha (que existe, sim, no Instituto, sobretudo representada por Henrique Boiteux). Também os estudos, na segunda metade do século XX, acerca das manifestações da cultura popular ("folclóricas") não podem ser facilmente englobados na perspectiva de uma história que se volta somente para as elites. Apegados aos documentos de arquivo produzidos pelos governos, os historiadores do Instituto o são igualmente em relação a documentos que a "nova geração" valoriza bastante: os jornais. E não são infensos à utilização de outros materiais, como cartas de cunho íntimo ou depoimentos orais.<sup>11</sup>

Impossível, portanto, não colocar em xeque o tratamento homogeneizador imposto pela etiqueta "tradicional" (não bastasse seu parco poder explicativo). O que não impede, entretanto, de buscar algum nexos comum, algum ponto de convergência nos trabalhos dos vários autores do Instituto. Os textos presentes na revista do IHGSC, são, a este respeito, um bom guia.

A Revista do Instituto, surgida em 1902, teve então sua publicação interrompida até que fosse reiniciada em 1913; novamente interrompida em 1920, ressurgiu na década de 1940 por dois anos (1943-1944), para voltar a ser publicada somente em 1979 (continuando até o momento atual). Na retomada em 1979, um dos sócios, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, assinalava uma mudança, uma inovação decisiva (embora não exatamente uma ruptura brusca): a nova fase da revista expressaria uma história “científica”, que passava a substituir a “história romântica” dos momentos anteriores do Instituto<sup>12</sup>; uma história científica atrelada a “metodologias próprias”, manipuladas por novos sócios, “quase que todos professores universitários”. Leia-se: uma história “profissional” (sob a influência da profissionalização dos estudos históricos, em função da Universidade e, antes dela, da Faculdade de Filosofia), distante dos tempos da história “amadora” que os homens de letras do Instituto buscavam realizar em tempos outros.

Toca-se aí em uma questão importante quanto à caracterização dessa produção histórica feita nos quadros do Instituto: seu caráter predominantemente amador, em mais de um sentido. Foi construída como uma história dos que a escreviam nos intervalos de suas atividades profissionais principais<sup>13</sup>, e também como uma história dos que a escreviam porque apreciavam escrevê-la, e que sobretudo a escreviam com o coração. Uma história escrita pelos que amavam Santa Catarina, amavam-na como o local em que nasceram ou viveram, pequena pátria em meio à grande pátria.

Nos diversos números da revista do IHGSC, podemos encontrar diversos exemplos de manifestação do sentimento patriótico em relação a Santa Catarina (o “acendrado amor à terra natal”). Sentimento que ganha expressão no narrar a pátria – o “estremecido torrão”, o “céspede querido”, enfim, a “terra catarinense” -, traduzida antes de tudo em seu território, sua gente, seus costumes. E narrar a história do torrão natal tem ainda o intuito de disseminar, estimular, o sentimento patriótico. Daí que o escrever tal história transmute-se, para esses homens de letras, de lazer em dever, por ser mecanismo de civismo, instrumento para servir à pátria. Não só narrar, mas defender e engrandecer Santa Catarina.<sup>14</sup>

Na fase da Revista Trimestral do IHGSC (ou seja, entre 1902 e 1920), isso significou, em grande medida, defender os limites territoriais de Santa Catarina contra as pretensões (tidas como indevidas) do Paraná e do Rio Grande do Sul<sup>15</sup>, além de destacar as figuras mais diretamente responsáveis por estabelecê-los (os primeiros povoadores, os primeiros administradores da capitania); também significou indicar a importância da “pequena pátria” na defesa da “grande pátria”, o que seria visível, por exemplo, na participação catarinense na Guerra contra o Paraguai.<sup>16</sup> Neste período teve destaque a figura de Lucas Alexandre Boiteux, que chegou a presidir o IHGSC (1914-1920) e a dirigir a revista. Tido pelos próprios sócios, naquele momento, como o mais importante historiador de Santa Catarina<sup>17</sup>, Lucas Boiteux declarou em textos na revista do IHGSC e em trabalhos publicados em outros periódicos, ou que ganharam forma de livro, o amor pela terra natal.<sup>18</sup>

Nos anos 1943-1944, o contexto do Estado Novo e o da campanha de nacionalização, em Santa Catarina, fizeram com que a “pequena pátria” ficasse subordinada à “grande pátria” – daí a revista do IHGSC tornar-se veículo destacado do comentário acerca de sua gente, apresentada, nas origens e ao longo da trajetória de povoamento, como essencialmente lusitana (sendo a herança lusitana hegemônica frente às demais etnias e culturas). Aparece aí uma preocupação com os costumes (fundamentalmente, os identificados com as tradições lusitanas ou luso-brasileiras), o que mais tarde será traduzido no engajamento dos sócios do Instituto nas questões pertinentes ao folclore, compondo a Comissão Catarinense de Folclore e publicando trabalhos no seu boletim.<sup>19</sup> O engajamento dos sócios do Instituto em funções públicas de destaque - que, existente desde o início da vida da entidade, permanece também nesses anos e nos seguintes -, pode ser compreendido, até certo ponto, como um outro viés do civismo.<sup>20</sup>

Teria esse patriotismo desaparecido da fase mais recente da revista do IHGSC, como poderíamos suspeitar a partir das afirmações anteriormente citadas de Carlos H. P. Corrêa? A última fase, supostamente mais distanciada das anteriores - tendo em vista a nota de apresentação do primeiro número, em 1979 - assinalará, a partir da segunda metade dos anos 1980, e sobretudo nos anos 1990, o fracasso da incorporação da

produção de viés “universitário” à revista.<sup>21</sup> Também “atividades de dinamização dos estudos de História de Santa Catarina”, promovidas pelo IHGSC na década de 1990 (como os encontros catarinenses de micro-história), não necessariamente realizaram uma aproximação com as discussões da “nova geração”.<sup>22</sup> Já o sentimento patriótico pode de alguma forma ser detectado nas discussões que, no âmbito do IHGSC, problematizaram a diversidade geográfica, étnica e cultural de Santa Catarina (que resultaria de forma preocupante em fragmentação e isolamento), buscando pensar possibilidades de integração; tais reflexões articularam-se então àquilo que alguns denominaram de “catarinensismo”.<sup>23</sup> Acrescente-se que o anterior interesse pelo “folclore” ou - mais antigo e fundamental - o interesse pelos documentos para a história de Santa Catarina, aparece na forma de defesa do patrimônio cultural catarinense.<sup>24</sup>

Mesmo considerando as mudanças na percepção e na abordagem da questão, é portanto possível propor que há na historiografia do IHGSC uma convergência quanto a um modelo “patriótico” de história - ou o que poderíamos chamar de uma história cordial. O que representa uma diferença significativa em relação aos estudos da “nova geração”.

---

<sup>1</sup> Ver, a respeito: WOLFF, Cristina S. *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.2, 1994, p.5-15 (a autora levou em conta os trabalhos produzidos a partir da década de 1940); DALLABRIDA, N. *A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto. Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.4, 1996, p.9-19; BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p.9; FERREIRA, C., FRÖTSCHER, M.(orgs.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau (SC): Nova Letra, 2000. p.7; BRANCHER, Ana, AREND, Sílvia M. F.(orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p.10; BRANCHER, Ana, AREND, Sílvia M.F. (orgs.). *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004 (neste último livro, as referências a um velho paradigma são mais indiretas: veja-se o prefácio de Henrique L. Pereira Oliveira e as alusões a uma história “concebida como um conjunto de gavetas que devem ser preenchidas e etiquetadas com datas, nomes e eventos importantes”, ou à concepção da realidade como restrita “àquilo que pode ser aferido pela régua e pelo compasso” - p.9 e 11). Sintomaticamente, as três coletâneas organizadas por Ana Brancher (duas delas em conjunto com Sílvia Arend) debruçaram-se primeiramente sobre o período contemporâneo, recuando no tempo a cada volume publicado (o contrário do que seria esperado dos historiadores ditos “tradicionais”).

<sup>2</sup> Entre os professores ligados ao IHGSC que atuaram na fase de implantação também como orientadores, estavam, além do próprio Piazza, Marly Ana Fortes Bustamante Mira e Victor Antônio Peluso; Carlos H. P. Corrêa, membro do Instituto e mestre em História pela UFSC em 1977, foi orientador de trabalhos defendidos entre 1983 e 1996.

<sup>3</sup> ARAÚJO, H. R. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. S.Paulo: 1989. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP; OLIVEIRA, H. L. P. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelações das condutas em Desterro (1828-1887)*. S.Paulo: 1990. Dissertação (Mestrado em História). PUC-SP; FLORES, M. B. Ramos. *Teatros da vida, cenários da história: a Farra do Boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina - leitura e interpretação*. S.Paulo: 1991. Tese (Doutorado em História). PUC-SP; PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. S.Paulo: 1992. Tese (Doutorado em História). USP.

<sup>4</sup> Em levantamento relativo às dissertações e teses em História produzidas sobre Santa Catarina, entre 1977 e 2002, constatou-se que quase 73% delas tinha origem no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Cf.: GONÇALVES, Janice. *Arquivos e Historiografia sobre Santa Catarina (1977-2002), Anais eletrônicos do XXII*

*Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, PB, 2003. Não é possível, nos limites do presente trabalho, relacionar as publicações identificáveis à “nova geração”; vale informar que elas vêm sendo disseminadas principalmente por editoras universitárias, além de editoras como Letras Contemporâneas e Cidade Futura, e pela revista da ANPUH-SC.

<sup>5</sup> No que tange à pós-graduação e às orientações de Mestrado e Doutorado, Joana Pedro orientou, entre 1994 e 2004, 22 dos trabalhos defendidos (18 dissertações e 4 teses), e Maria Bernardete Ramos, no mesmo período, 30 (24 dissertações e 6 teses). Henrique Pereira Oliveira também é docente do Depto. de História da UFSC

<sup>6</sup> Em setembro de 1985 foi constituída em Santa Catarina uma diretoria provisória da ANPUH, para implantar o Núcleo Regional; Joana Pedro e Maria Bernardete Ramos eram, respectivamente, presidente e vice-presidente. Cf.: *Informativo eletrônico ANPUH-SC News*, ano II, n.3, maio 2005. O primeiro número da revista da ANPUH-SC, publicado em 1990, marcará distância em relação a uma certa forma de fazer história; na apresentação, afirma-se: “Mais do que a tarefa de dizer a verdade, cabe ao historiador o empreendimento de investigar os modos de produção das verdades: muito mais do que esgotar os fatos sobre os grande temas da historiografia, investigar os processos de edificação destes blocos sagrados de eventos. Uma história das coisas que aconteceram, mas também uma história dos modos de construir as coisas que aconteceram.” *Revista Catarinense de História*, ano I, n.1, maio 1990, p.5. Do Conselho Editorial da revista participava então Henrique Luiz Pereira Oliveira. Note-se ainda que a revista produz um deslocamento importante, atestado em seu título: trata-se não de uma revista de “história catarinense”, mas de uma “revista catarinense” de história. A revista é atualmente denominada “Fronteiras”.

<sup>7</sup> Cf.: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. CFH. Depto. de História. PPG em História. *Catálogo de dissertações: área de concentração - História Cultural*. Florianópolis: 1998. esp. p.21-27. Pesquisas de história demográfica, presentes desde o início do Programa, geraram dissertações até 1996, orientadas principalmente por Marly A. F. B. Mira.

<sup>8</sup> WOLFF, op.cit. O texto de Peter Burke é o de abertura do livro por ele organizado, *A escrita da História: novas perspectivas*. S.Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p.7-37.

<sup>9</sup> Em *Nossa Senhora do Desterro* (Florianópolis: Lunardelli, 1979), porém, Oswaldo Cabral informa: “procurei dar uma feição inteiramente nova à redação dos fatos históricos e, em vez de cuidar deles cronologicamente, agrupei-os por assunto, considerando-os quase como autônomos (...)” (v.2, p.14; 1ª. edição: 1972).

<sup>10</sup> Significativa, a este respeito, é a polêmica que envolveu Jacinto de Matos, Lucas Boiteux e Henrique Fontes, acerca da data de criação da freguesia de Desterro (números da RTIHGSC de 1918 a 1920).

<sup>11</sup> Cartas foram publicadas em vários números da revista do Instituto; no periódico há ainda exemplos de textos que mencionam consulta de jornais (ex.: *RIHGSC*, Florianópolis, 1º. sem. 1943, p.35) e a realização de entrevistas (*RTIHGSC*, Florianópolis, 1916, V, p.102 - trata-se, entretanto, de texto originalmente publicado em 1885). Cabe salientar que a primeira dissertação de Mestrado do PPG em História da UFSC (defendida em 1977), de autoria de Carlos H. P. Corrêa, e orientada por Walter Piazza (ambos sócios do IHGSC), abordava a história oral. E que historiadores como Cabral e Piazza tinham atuado profissionalmente na valorização da cultura material (como no caso dos vestígios arqueológicos).

<sup>12</sup> “A Geografia e a História romântica estudadas no passado, necessárias e importantes para uma época, dão lugar à História e à Geografia científicas do presente, com o fim de trazer à luz e de estimular novas pesquisas e trabalhos.” *RIHGSC*, Florianópolis, 3ª. fase, n.1, 1979, p.3.

<sup>13</sup> Fossem eles advogados, desembargadores, engenheiros, jornalistas, militares, políticos de projeção, burocratas do primeiro ou do segundo escalão da administração federal, estadual ou municipal.

<sup>14</sup> Em Lucas Alexandre Boiteux as alusões ao amor a Santa Catarina são constantes: é dele, inclusive, a citação que dá título à presente comunicação (com suas “Acheias para a bibliografia e cartografia catarinenses”, esperava “interessar os curiosos, incitando-os a uma farta colheita, em bem do conhecimento da terra natal”, de modo que se pudesse ter, “dentro de breve tempo, assinaladas todas as fontes e mananciais donde dimana, toma vulto e se expande a serena e límpida corrente, que é a singela e pitoresca história de nosso estremeado torrão.” - *RTIHGSC*, Florianópolis, 1º. e 2º. trim. 1913, p.24). Ver também, na revista do Instituto: 1913, p.102, 104 e 105; 1º. sem. 1943, p.79, 175; 2º. sem. 1943, p.176-178. Ao término do livro *Santa Catarina (História-Evolução)*, de Oswaldo Cabral (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937), encontra-se: “Povo generoso, bom e trabalhador, pacífico e tímido, o catarinense, que viveu todas estas páginas que integram a História da Pátria, espera confiante a grandeza da sua terra, dentro da comunhão brasileira, com o ânimo feliz dos que trabalham por ela, vivem e sofrem com ela, amando-a, servindo-a, honrando-a.” (p.438). O mesmo Cabral, em *História de Santa Catarina* (Florianópolis: Lunardelli, 1994; 1ª. ed.: 1968), menciona a impossibilidade de incluir em suas páginas, dados os limites da publicação, “a constelação de astros de primeira grandeza que na vida nacional projetaram a pequena e querida Santa Catarina.” (p.361).

<sup>15</sup> As tensões políticas então vividas em relação aos limites com o Paraná e com o Rio Grande do Sul manifestam-se na publicação de estudos produzidos no século XIX (caso das “Cartas acerca da Província de Santa Catarina”, de José Gonçalves dos Santos Silva) e em artigos dos sócios (“Questão de limites”, de Vieira da Rosa, *RTIHGSC*, 1916; “Limites com o Rio Grande”, de Lucas A. Boiteux, *RIHGSC*, Florianópolis, 1917, 2º-4º trim., 1918, 1º., 2º., 3º e 4º trim., 1919, 1º ao 4º trim.).

<sup>16</sup> Ver o artigo de Laércio Caldeira (“Contribuição para a história dos Voluntários da Pátria de Santa Catarina”, 1916 - 1º.-4º. trim.) e as cartas do cel. Fernando Machado de Souza para a esposa, sobre a Guerra do Paraguai (1913, 1º. e 2º. trim., e 1914, 1º. e 2º. trim.). Há também, em 1917, destaque (imagem) para Fernando Machado de Souza e sua estátua, então recentemente inaugurada (1917, 1º. trim.) Nos anos 1943-44, referências à guerra contra o Paraguai aparecem em todos os quatro números.

<sup>17</sup> Henrique Fontes caracterizou-o como “infatigável historiógrafo”, “Ilustrado e infatigável autor das *Notas para a história catarinense*”, “o mestre da nossa história” (respectivamente, *RTIHGSC*, Florianópolis, 1919, v.VIII, p.11; idem, p.12-13; *RTIHGSC*, Florianópolis, 1920, v.IX, p.117). Jacinto de Matos denominou-o “o nosso mais estudioso e competente historiador” (*RTIHGSC*, Florianópolis, 1918, 1º. trim., p.71).

<sup>18</sup> No prefácio às *Notas para a história catarinense* (Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, 1912), intitulado “Duas palavras”, o autor declara aos seus “patrícios”: “Aqui tendes o resultado de alguns anos de trabalho na reunião de documentos e notícias acerca da história de nosso estremecido torrão natal.” (p.V). No caso de Lucas Boiteux, o sentimento patriótico estava também associado à sua vida profissional, pois teve carreira toda construída na Marinha. Entre 1918 e 1922, Lucas Boiteux integrou a Comissão de Demarcação de Limites com o Estado do Paraná, constituída pelo governo estadual catarinense.

<sup>19</sup> O boletim passou a ser publicado em 1949, e nele colaboraram Lucas Alexandre Boiteux, Henrique Fontes, Carlos da Costa Pereira, Oswaldo Cabral, Walter Piazza, Ildefonso Juvenal, Theobaldo Costa Jamundán e Victor Peluso Jr., entre outros. Sobre a Comissão, ver: SAYÃO, Thiago J. *Nas veredas do folclore: leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)*. Florianópolis: 2004. Dissertação (Mestrado em História). UFSC.

<sup>20</sup> Henrique da Silva Fontes, presidente do IHGSC entre os anos da década de 1930 e 1960, foi encarregado do Serviço de Recenseamento Estadual (1918), diretor da Instrução Pública (1919-1926), secretário estadual de Viação e Obras Públicas (1926-1929), juiz federal substituído (1929-1934), juiz e procurador do Tribunal Eleitoral (1932-1934), procurador geral do Estado (1934-1937), desembargador do Tribunal de Justiça (1937-1946). Carlos da Costa Pereira foi diretor da Biblioteca Pública do Estado (1938-1958), presidente da Comissão de Estudos do Serviço Público Estadual (1943-1951), secretário do interventor Udo Deeke (1946-1947). Oswaldo Cabral, médico e professor, foi diretor da Assistência Municipal de Florianópolis (1935-1945), deputado estadual (eleito em 1946), secretário geral da Comissão Catarinense de Folclore e diretor do seu Boletim (1949-1953), além de diretor do Instituto de Antropologia da UFSC (criado em 1968). Walter Piazza foi redator (1949-1953) e diretor (1953-1960) do Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, diretor da Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas (1951-1956), diretor de Cultura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (1959). Cf.: ADAMS, B. *Preservação urbana: gestão e resgate de uma história (patrimônio de Florianópolis)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. esp. p.151-159; JAMUNDÁ, T.C. Catarinenses ilustres. In: *História de Santa Catarina*. Curitiba: Grafipar, 1970. v.2. p.23-24; PEREIRA, C. da C. *Minhas memórias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996. SAYÃO, op.cit., p.59-61; SILVA, Z. P. *Perfis de alguns catarinenses ilustres*. Rio de Janeiro: S.c.p., 1948. v. 1, p.175-177.

<sup>21</sup> Entre 1979 e 1982-1983, a revista publica principalmente pesquisas na área de história demográfica, de história econômica e de história política (áreas de concentração do então Mestrado em História da UFSC). Em meados da década de 1980, já há um número maior de informes sobre a entidade e, com isso, uma presença mais significativa dos pesquisadores “amadores”. Entre 1992 e 1995, toda a parte inicial da *Revista do IHGSC* passa a ser dedicada ao “ano acadêmico” da entidade, em cujas atividades, em geral, os jovens pesquisadores universitários não têm destaque; sintomaticamente, os artigos originados de pesquisas são englobados na seção “Colaborações especiais”.

<sup>22</sup> A palestra inaugural do primeiro encontro, realizado em 1992 na sede do Instituto, foi proferida por Marcos V. de Almeida Saul (aliás, também professor do Departamento de História da UFSC), e identificava micro-história com história regional ou local (*RIHGSC*, Florianópolis, 3ª. fase, n.11, 1992, esp. p.94).

<sup>23</sup> Há indícios de que os vários autores nem sempre utilizaram o termo “catarinensismo” na mesma acepção. A expressão, segundo Walter Piazza, foi divulgada primeiramente por Lucas A. Boiteux em 1920, ao elaborar um “Léxico de catarinensismo” (PIAZZA, W.F. *Catarinensismo*. In: *Aspectos da vida e da obra de Lucas Alexandre Boiteux*. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1981. p.33). Piazza inicia o mesmo texto afirmando que “ser catarinense não é, somente, nascer em Santa Catarina, é entregar-se totalmente, é enaltecer, pelo trabalho, pela inteligência, a Terra Catarinense” (p.31). Na década de 1940, nas páginas da *RIHGSC*, Ildefonso Juvenal referiu-se ao “sentimento de catarinensismo” como sentimento cívico e patriótico em prol de Santa Catarina (*RIHGSC*, Florianópolis, 2º. sem. 1943, p.177). Nos anos 1970 e 1980, vale destacar, a respeito do mosaico cultural e do “catarinensismo”, autores como Celestino Sachet (*Fundamentos da literatura catarinense*. In: SILVA, Jaldyr et al. *Fundamentos da cultura catarinense*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p.79-111), Theobaldo Costa Jamundá (*Catarinensismos*. Florianópolis: UDESC, Edeme, 1974) e Victor A. Peluso Jr. (*A identidade catarinense*. *RIHGSC*, Florianópolis, 3a. fase, n.5, 1984, p.259-280). Sobre a questão, ver: SERPA, Élio C. *A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.14, n.20, 1996, p.63-79.

<sup>24</sup> Particularmente significativa, a este respeito, é a manifestação do IHGSC no debate acerca da devolução, ao Governo de Minas Gerais, de livro do século XVIII que então integrava o acervo da Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina (a constituição dos EUA, em francês, que supostamente pertencera a Tiradentes): *RIHGSC*, Florianópolis, 3ª. fase, 1984, p.15.